

Checklist Fácil S/A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas da Checklist Fácil S.A.

Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Checklist Fácil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Checklist Fácil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

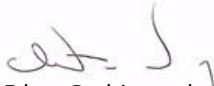
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 29 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Checklist Fácil S/A
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de
2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.866.877	1.549.035	3.657.396	2.703.332	Fornecedores	10	386.368	148.372	386.368	155.506
Contas a receber de clientes	5	2.738.296	1.881.863	3.329.403	2.525.110	Obrigações e provisões trabalhistas	11	3.751.067	1.702.066	3.751.067	1.702.066
Impostos a recuperar	6	66.733	-	69.104	120.396	Obrigações tributárias	12	693.437	492.301	816.049	613.734
Outros créditos	7	4.482.088	283.464	4.148.898	360.565	Imposto de renda e contribuição social	12	-	138.210	-	138.210
						Dividendos a pagar	13	8.175	8.131	8.175	567.662
Total do ativo circulante		10.153.994	3.714.362	11.204.801	5.709.403	Outras obrigações	14	706.930	1.009.008	706.929	1.435.142
						Total do passivo circulante		5.545.977	3.498.088	5.668.588	4.612.320
Investimentos	8	1.483.630	1.458.808	555.434	577.999						
Imobilizado	9	598.977	401.228	598.977	401.228						
Total do ativo não circulante		2.082.607	1.860.036	1.154.411	979.227	Patrimônio líquido	15				
						Capital social		940.212	940.212	940.212	940.212
						Reserva de lucros		5.750.412	1.136.098	5.750.412	1.136.098
						Total do patrimônio líquido		6.690.624	2.076.310	6.690.624	2.076.310
Total do Ativo		12.236.601	5.574.398	12.359.212	6.688.630	Total do passivo e patrimônio líquido		12.236.601	5.574.398	12.359.212	6.688.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Checklist Fácil S/A
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	16	31.042.846	21.078.318	32.515.454	22.180.250
Custo dos serviços prestados	17	(5.538.295)	(3.946.009)	(5.538.295)	(4.183.237)
Lucro bruto		25.504.551	17.132.309	26.977.159	17.997.013
Despesas com vendas	18	(1.273.292)	(809.908)	(1.273.292)	(809.908)
Despesas gerais e administrativas	19	(16.076.014)	(9.763.945)	(17.284.609)	(9.763.945)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber		(283.272)	16.089	(283.272)	16.089
Equivalência patrimonial	8	(100.485)	864.495	-	-
Outras receitas operacionais		142.023	3.579	142.023	3.579
Outras despesas operacionais		(447.572)	(214.524)	(447.572)	(214.524)
Lucro operacional		7.465.939	7.228.095	7.830.437	7.228.304
Receitas financeiras	20	314.947	254.367	314.948	254.367
Despesas financeiras	20	(286.846)	(280.653)	(288.833)	(280.862)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.494.040	7.201.809	7.856.552	7.201.809
Imposto de renda e contribuição social	21	(2.425.842)	(2.075.273)	(2.788.354)	(2.075.273)
Lucro líquido do exercício		5.068.198	5.126.536	5.068.198	5.126.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Checklist Fácil S/A
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Resultado do exercício	5.068.198	5.126.536	5.068.198	5.126.536
Ajustes de conversão	<u>50.440</u>	<u>-</u>	<u>50.440</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	5.118.638	5.126.536	5.118.638	5.126.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Checklist Fácil S/A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Total
		Legal	de retenção de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	307.482	-	1	307.483
Aumento de capital (nota 15.a)	632.730	-	-	632.730
Lucro líquido do exercício	-	-	5.126.536	5.126.536
Reserva legal (nota 15.d)	-	188.042	(188.042)	-
Outras movimentações	-	-	9.561	9.561
Distribuição de lucros (nota 15.c)	-	-	(4.000.000)	(4.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	940.212	188.042	948.056	2.076.310
Lucro líquido do exercício	-	-	5.068.198	5.068.198
Outras movimentações	-	-	2.495	2.495
Dividendo mínimo obrigatório (nota 15.c)	-	-	(506.819)	(506.819)
Ajustes de conversão	-	-	50.440	50.440
Saldos em 31 de dezembro de 2022	940.212	188.042	5.562.370	6.690.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Checklist Fácil S/A
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	7.494.040	7.201.809	7.856.552	7.201.809
Ajustes para:				
Ajuste a valor justo de investimentos (nota 8.d)	22.565	-	22.565	-
Depreciação e amortização	137.152	83.665	137.152	83.665
Baixa de Imobilizado e Intangível	7.224	9.663	7.224	9.663
Outros ajustes	(97.432)	-	50.440	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	283.272	(16.089)	283.272	(16.089)
Resultado de equivalência patrimonial	100.485	(864.495)	-	-
	<u>7.947.306</u>	<u>6.414.553</u>	<u>8.357.204</u>	<u>7.279.048</u>
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(1.139.705)	(145.006)	(1.087.565)	(788.253)
Impostos a recuperar	(66.733)	-	51.292	(120.396)
Outros créditos	(702.948)	(58.397)	(310.689)	(130.824)
	<u>(1.909.386)</u>	<u>(203.403)</u>	<u>(1.346.962)</u>	<u>(1.039.473)</u>
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	237.996	37.590	230.862	44.724
Obrigações e provisões trabalhistas	2.049.002	492.467	2.049.002	492.467
Obrigações tributárias	62.926	136.944	64.105	279.210
Outras obrigações	(302.035)	55.799	(728.213)	481.933
	<u>2.047.889</u>	<u>722.799</u>	<u>1.615.756</u>	<u>1.298.334</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	8.085.809	6.933.950	8.625.999	7.537.909
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.425.842)	(2.155.689)	(2.788.354)	(2.176.522)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	5.659.967	4.778.261	5.837.645	5.361.387
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível (nota 9)	(342.125)	(256.700)	(342.125)	(256.700)
Dividendos a distribuir	-	-	-	559.531
Aquisição de investimentos (nota 8.c)	-	(594.313)	-	(577.999)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(342.125)	(851.013)	(342.125)	(275.168)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de Capital Social (nota 15.a)	-	632.730	-	632.730
Dividendos pagos (nota 15.c)	(506.819)	(7.325.746)	(1.066.306)	(7.325.746)
Adiantamento de dividendos (nota 15.c)	(3.493.181)	-	(3.493.181)	-
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(4.000.000)	(6.693.016)	(4.559.487)	(6.693.016)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.317.842	(2.765.768)	936.033	(1.606.797)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.549.035	4.314.803	2.703.332	4.314.803
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	(18.081)	4.674
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.866.877</u>	<u>1.549.035</u>	<u>3.657.396</u>	<u>2.703.332</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.317.842	(2.765.768)	936.033	(1.606.797)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Checklist Fácil S/A, (“Checklist”, “Companhia” ou “Grupo”), devidamente inscrita no CNPJ 04.906.685/0001-90, tem sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e foi constituída em 07 de fevereiro de 2002.

Em janeiro de 2021 a Checklist Fácil alterou seu tipo societário de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima.

A Companhia tem como objeto social: (i) o desenvolvimento de software, inclusive sob encomenda, customizáveis ou não; (ii) a manutenção, a sustentação, a evolução de programas para computador, e o suporte técnico em tecnologia da informação; (iii) as atividades de tratamento e processamento de dados e (iv) a hospedagem e/ou armazenamento de páginas da internet e serviços de compartilhamento de computadores.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 29 de agosto de 2023.

Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia em sua empresa controlada:

RZ2 Sistemas (vide nota explicativa 3.1 (iii))	Participação
	100%

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Para a controlada localizada no exterior, para a qual a Administração concluiu que, por possuir independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos de Pesos Mexicanos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos de Pesos Mexicanos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira na demonstração de outros resultados abrangentes.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores, a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados (nota 3.6 e 8);
- (ii) A identificação e valorização da provisão para litígios (nota 3.9); e

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

3.1 Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Aquisição de controlada

Em 26 de janeiro de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda para aquisição de ações que representam 100% do capital social da RZ2 Sistemas, Sociedade Anonima Promotora de Inversion de Capital Variable. (“RZ2 Sistemas”), com valor de transação após ajuste de preço de R\$ 16.313. A RZ2 Sistemas é uma empresa sediada no México e atua no segmento de software para gestão e está inserida na estratégia de internacionalização da Companhia.

3.2 Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”, além de “fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo

ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 180 dias.

3.7 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. No período de 2021 e 2020 não houve contingências com risco possível ou provável.

3.8 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e Contribuições		Alíquota
PIS	Programa de Integração Social	0,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50%

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no México estão sujeitas a tributação do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) a alíquota de 16%, sendo reconhecida nas demonstrações de resultado pelos valores líquidos.

3.9 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.10 Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

- i. Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor do Grupo.

- ii. As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.11 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2022 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

b) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguros (CPC 11), emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica o Grupo.

c) Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

No exercício de 2022, a Administração considera que não há estimativas que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	5.717	4.996	5.717	4.996
Contas correntes	-	-	790.519	1.154.297
Aplicações financeiras	2.861.160	1.544.039	2.861.160	1.544.039
	2.866.877	1.549.035	3.657.396	2.703.332

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de depósitos bancários (CDB) e operações compromissadas (com lastro em debêntures), com rendimentos que variam entre 100% e 105% do CDI. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores e são mantidas para atividades operacionais da Companhia e, por essa razão, são consideradas equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cientes nacionais	3.077.150	1.937.445	3.668.257	2.580.692
(-) Provisão de perdas no recebimento de créditos	(338.854)	(55.582)	(338.854)	(55.582)
	<u>2.738.296</u>	<u>1.881.863</u>	<u>3.329.403</u>	<u>2.525.110</u>

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e deduzidas da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pelo Grupo para cobrir eventuais perdas.

a. A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir

<i>Aging list</i>	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	2.223.779	1.368.583	2.814.886	2.011.830
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	283.032	292.226	283.032	292.226
De 31 a 60 dias	75.896	43.534	75.896	43.534
De 61 a 90 dias	10.416	14.999	10.416	14.999
De 91 a 180 dias	16.660	26.884	16.660	26.884
De 181 a 360 dias	1.736	61.294	1.736	61.294
Acima de 360 dias	465.631	129.925	465.631	129.925
Provisão de perdas no recebimento de créditos	(338.854)	(55.582)	(338.854)	(55.582)
	<u>2.738.296</u>	<u>1.881.863</u>	<u>3.329.403</u>	<u>2.525.110</u>

a. Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	Consolidado
Saldo PCLD 2020 (não auditado)	(71.671)
Entradas	(44.539)
Saídas	60.628
Saldo PCLD 2021	(55.582)
Entradas	(283.272)
Saídas	-
Saldo PCLD 2022	(338.854)

Os critérios para constituição do PCLD são baseados na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificado nos últimos anos, diretamente associado ao período de inadimplemento dos títulos não pagos, ou seja, quando há evidências claras da perda incorrida.

É constituído provisão de perdas no recebimento de créditos para os títulos vencidos acima de 90 dias.

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRRF a compensar	-	-	12	12
ICMS a recuperar	-	-	-	984
IVA a recuperar	-	-	2.359	-
IRPJ a recuperar (i)	49.840	-	49.840	119.400
CSLL a recuperar (i)	16.893	-	16.893	-
	66.733	-	69.104	120.396

- (i) Os valores de IRPJ e CSLL trata-se de antecipações dos pagamentos realizados durante o ano calendário em relação aos valores apurados e são passíveis de compensação por meio de PERDCOMP.

7 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	-	79.263	144.729	156.364
Adiantamento a colaboradores	166.924	50.743	166.924	50.743
Recebíveis <i>intercompany</i> (nota 13)	554.280	-	-	-
Despesas antecipadas	17.721	-	17.721	-
Adiantamento de dividendos (nota 13)	3.493.181	-	3.493.181	-
Outros créditos	249.982	153.458	326.343	153.458
	4.482.088	283.464	4.148.898	360.565

8 Investimentos

a. Investimentos em controladas (Controladora)

A Companhia possui participação societária junto a outra entidade controlada, que é mensurada pelo método de equivalência patrimonial. A participação na entidade está demonstrada a seguir:

	Equivalência patrimonial		Saldo de Investimentos	
	2022	2021	2022	2021
RZ2 Sistemas (i)	(100.485)	864.495	928.196	880.809
	(100.485)	864.495	928.196	880.809

(i) Aquisição RZ2 Sistemas

Em 26 de janeiro de 2021, houve cessão de 99,99% das cotas do capital social da RZ2, Sociedad Anonima Promotora de Inversion de Capital Variable. (“RZ2 Sistemas”), para a Checklist Fácil S/A, registrada pelo valor dos livros apurados na data da transação, R\$ 16.313. O Capital Social da RZ2 Sistemas pertencia aos mesmos sócios da Checklist Fácil S/A na época da transação. A aquisição ocorreu em atendimento a cláusula de condições suspensiva que condicionou a conclusão desta transação à aquisição de 51% do capital social da Checklist Fácil S/A pela Softplan S/A.

b. Informações da controlada

	2021					
	%	Ativo	Passivo	PL	Receita	Resultado
RZ2 Sistemas	100	1.995.039	1.114.230	880.809	1.101.932	864.495
	2022					
	%	Ativo	Passivo	PL	Receita	Resultado
RZ2 Sistemas	100	1.605.103	676.891	928.212	1.472.608	(100.485)

c. Outros investimentos

Os fundos de investimentos em renda fixa e ações são mantidos para negociação, sem prazo de vencimento.

	Controladora/Consolidado	
	2022	2021
Fundos de investimento em renda variável	-	96.116
Fundos imobiliários	-	362.202
Fundos de investimentos em renda fixa – pós-fixado	491.988	-
Ações	63.446	119.681
	555.434	577.999

d. Movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada

	RZ2 Sistemas (100%)	Outros investimentos	Total
Saldo Inicial 2020 (não auditado)	-	-	-
Compra de participação	16.314	577.999	594.313
Equivalência	864.495	-	864.495
Saldo Inicial 2021	880.809	577.999	1.458.808
Ajuste de conversão	50.440	-	50.440
Ajuste a valor justo	-	(22.565)	(22.565)
Outros ajustes	97.432	-	97.432
Equivalência patrimonial	(100.485)	-	(100.485)
Saldo Final 2022	928.196	555.434	1.483.630

9 Imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e Periféricos	Aparelhos Telefônicos	Total
Taxa média anual de depreciação	10%	10%	10%	20%	10%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	24.144	36.091	50.693	126.607	321	237.856
Adições	-	967	6.946	238.664	10.124	256.700
Baixas	-	(9.663)	-	-	-	(9.663)
Depreciação	(3.341)	(1.017)	(5.581)	(73.364)	(363)	(83.665)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2021	20.803	26.379	52.057	291.907	10.082	401.228
Adições	35.983	1.211	-	299.051	5.880	342.125
Baixas	(6.779)	(445)	-	-	-	(7.224)
Depreciação	(2.697)	(4.814)	(5.581)	(123.077)	(983)	(137.152)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2022	47.310	22.331	46.476	467.881	14.979	598.977

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Computadores e periféricos	197.552	18.336	197.552	18.336
Móveis e equipamentos	-	4.315	-	4.315
Serviços de terceiros	71.647	104.490	71.647	104.490
Benefícios a funcionários	48.865	-	48.865	-
Fornecedores diversos	68.304	21.231	68.304	28.365
	386.368	148.372	386.368	155.506

11 Obrigações e provisões trabalhistas (Controladora e Consolidado)

	2022	2021
Salários a pagar	803.377	780.642
Rescisões a pagar	37.318	-
Encargos sociais a pagar	288.884	169.226
Provisão de férias	1.242.977	752.198
Provisão de gratificações trabalhistas	1.378.511	-
	3.751.067	1.702.066

12 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ISS a recolher	65.199	43.444	65.199	43.444
PIS a recolher	21.322	14.354	21.322	14.354
COFINS a recolher	98.660	66.612	98.660	66.612
INSS s/ faturamento a recolher	146.484	97.729	146.484	97.729
IRRF a recolher	361.567	269.845	361.567	269.845
Impostos a pagar controlada (i)	-	-	122.612	121.433
Outras contribuições	205	317	205	317
	693.437	492.301	816.049	613.734

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ a recolher	-	99.706	-	99.706
CSLL a recolher	-	38.504	-	38.504
	-	138.210	-	138.210

(i) IVA e Imposto sobre a renda a recolher pela controlada RZ2 sistemas.

13 Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas têm como natureza dividendos e recebíveis, realizados em termos e condições negociadas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso realizadas com partes não relacionadas.

a. Dividendos e JCP a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
JCP a pagar	8.158	8.113	8.158	8.113
Dividendos a pagar (ii)	17	18	17	559.549
	8.175	8.131	8.175	567.662

b. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento de dividendos (i)	3.493.181	-	3.493.181	-
Recebíveis <i>intercompany</i> (ii)	554.280	-	-	-
	4.047.461	-	3.493.181	-

- (i) Conforme deliberação do Conselho de administração em 08/2022, foi deliberado o adiantamento de R\$ 4.000.000 referente resultado de 2022. O dividendo mínimo obrigatório foi compensado contra o adiantamento, no montante de R\$ 506.819.
- (ii) As operações de recebíveis *intercompany* na controladora são originárias de obrigações devidas pela RZ2 Sistemas (controlada), as quais foram quitadas com caixa da Checklist Fácil no Brasil.

c. Remuneração dos administradores

Em 2022, foi pago a título de remuneração aos Diretores da Companhia o montante de R\$ 1.003.136 (R\$ 894.703 em 2021).

14 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Comissões a pagar	-	279.200	-	279.200
Adiantamento de clientes	613.170	516.311	613.170	516.311
Receita diferida	-	130.500	-	130.500
Outras obrigações	93.760	82.997	93.760	509.131
	706.930	1.009.008	706.930	1.435.142

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é composto por 44.772 (quarenta e quatro mil setecentos e setenta e duas) ações, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país.

	Quantidade de ações	Capital (R\$)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	14.642	307.482
Aumento de Capital	30.130	632.730
Saldos em 31 de dezembro de 2021	44.772	940.212
Aumento de Capital	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.772	940.212

Em 2021 houve aumento do capital social no montante de R\$ 632.720. A integralização ocorreu em moeda corrente nacional (Reais). Todas as ações emitidas, estão integralizadas.

A Companhia possui as seguintes classes de ações:

Ações Ordinárias	44.548
Ações Preferenciais	224

b. Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina que os lucros devem ser distribuídos aos sócios proporcionalmente ao valor das suas ações. A Companhia manterá os registros contábeis e fiscais, necessários ao cumprimento dos dispositivos legais vigentes.

c. Distribuição de lucros

Conforme o estatuto social, as distribuições de dividendos devem ocorrer de forma proporcional conforme deliberação da assembleia geral ordinária.

A Companhia poderá distribuir 10% dos lucros após a compensação de prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e outras destinações previstas em seu estatuto. O dividendo mínimo obrigatório foi estabelecido conforme segue:

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido	5.068.198	5.126.536
Reserva legal (5%)	-	(188.042)
Lucro líquido ajustado após reservas	5.068.198	4.938.494
Dividendos mínimos obrigatórios (10%)	506.819	493.849

A Reserva Legal atingiu o limite máximo de 20% do Capital Social, e por isso ficou abaixo dos 5% do Lucro Líquido em 2021.

Em 2021 a administração efetuou a distribuição de dividendos na importância de R\$ 4.000.000, acima do dividendo mínimo obrigatório, pagos em dezembro do mesmo ano.

Em 2022, a administração deliberou pela antecipação de dividendos na importância de R\$ 4.000.000, pagos em agosto de 2022. Após a apuração do dividendo mínimo, no final do exercício, restou como saldo de antecipações o montante de R\$ 3.493.181.

A Companhia identificou que a reserva de lucros excedeu o capital social, em desacordo com o Art. 199 da Lei das S.A. A Companhia está avaliando realizar uma distribuição adicional de dividendos, ou incorporar a Reserva de Lucros ao Capital Social até dezembro/2023.

d. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

16 Receita de contratos com cliente

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta	34.252.896	23.180.135	35.725.504	24.282.067
Deduções da receita	(3.210.050)	(2.101.817)	(3.210.050)	(2.101.817)
	31.042.846	21.078.318	32.515.454	22.180.250

17 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal	(4.088.249)	(2.096.491)	(4.088.249)	(2.333.719)
Serviços terceirizados	(199.601)	(852.803)	(199.601)	(852.803)
Aluguel de data center	(743.551)	(791.101)	(743.551)	(791.101)
Assinaturas e mensalidades de software	(357.912)	(126.048)	(357.912)	(126.048)
Demais custos	(148.982)	(79.566)	(148.982)	(79.566)
Total dos custos dos serviços prestados	(5.538.295)	(3.946.009)	(5.538.295)	(4.183.237)

18 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Comissões sobre vendas	(1.273.292)	(809.908)	(1.273.292)	(809.908)
Total dos custos dos serviços prestados	(1.273.292)	(809.908)	(1.273.292)	(809.908)

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal	(13.400.754)	(8.174.130)	(13.436.359)	(8.174.130)
Despesas com instalações físicas	(69.188)	(75.392)	(228.719)	(75.392)
Despesas de TI e comunicação	(1.010.840)	(68.976)	(1.011.715)	(68.976)
Despesas com viagens	(176.400)	(49.293)	(178.579)	(49.293)
Despesas de marketing	(733.579)	(219.179)	(1.414.853)	(219.179)
Serviços terceirizados	(473.347)	(400.230)	(473.347)	(400.230)
Outras despesas gerais e administrativas	(211.906)	(776.745)	(541.037)	(776.745)
	(16.076.014)	(9.763.945)	(17.284.609)	(9.763.945)

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	274.132	230.682	274.132	230.682
Juros ativos	40.761	22.102	40.761	22.102
Descontos obtidos	-	27	-	27
Outras receitas	54	1.556	55	1.556
Total receitas financeiras	314.947	254.367	314.948	254.367

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras				
Despesas e tarifas bancárias	(79.977)	(72.318)	(81.964)	(72.527)
Juros passivos	(1.320)	(69)	(1.320)	(69)
Descontos concedidos	(154)	(1.383)	(154)	(1.383)
Perdas em fundos de renda variável	(173.726)	(183.758)	(173.726)	(183.758)
Variações cambiais passivas	(243)	(435)	(243)	(435)
Outras despesas financeiras	(31.426)	(22.690)	(31.426)	(22.690)
Total Despesas financeiras	(286.846)	(280.653)	(288.833)	(280.862)

21 Imposto de renda e contribuição social

Composição das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

a. Composição dos tributos correntes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.494.040	7.201.809	7.856.551	7.201.809
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(2.547.974)	(2.448.615)	(2.671.227)	(2.448.615)
Incentivos fiscais	81.221	84.557	81.221	84.557
Equivalência patrimonial	(34.165)	293.928	-	-
Demais adições e exclusões permanentes	74.012	(29.988)	(199.412)	263.940
PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	1.064	845	1.064	845
Dedução da base de cálculo	-	24.000	-	24.000
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(2.425.842)	(2.075.273)	(2.788.354)	(2.075.273)
Taxa efetiva	32%	29%	35%	29%

22 Benefícios fiscais

A Companhia detém de benefícios fiscais concedidos pelo governo Federal, em função da atividade de serviços de Tecnologia da Informação (TI) através da Lei do Bem.

Lei do bem

Benefício baseado na Lei n.º Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, referente a incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Em 2022 a Companhia investiu em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento um total de R\$ 238.885 e R\$ 310.870 em 2021.

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.866.877	1.549.035	3.657.396	2.703.332
Contas a receber de clientes	2.738.296	1.881.863	3.329.403	2.525.110
	5.605.173	3.430.898	6.986.799	5.228.442

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivos financeiros				
Fornecedores	386.368	148.372	386.368	155.506
Outras obrigações	706.930	1.009.008	706.929	1.435.142
	1.093.298	1.157.380	1.093.297	1.590.648

d. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas

obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

e. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

f. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

g. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

h. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento;
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente; e
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo.

* * *

Adriano Cesar Passenko
Diretor Executivo

Luiz Fernando Dill Barcellos
Contador CRC/RS 082618/O-5 T/SC